GuiaDosBancos®
Responsáveis

RELATÓRIO ANALÍTICO

Financiamentos e investimentos no desmatamento da Amazônia e do Cerrado

idec
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

FairFinance International

Sweden
Sverige

São Paulo
Setembro de 2020

SUMÁRIO

Introdução 3

Os estudos do FFI 4

Apresentação dos dados 5

A realidade dos bancos brasileiros 7

Passo a passo para ação dos bancos contra o desmatamento 9

Conclusão 10

Notas e Referências 12

Apêndice 1 – As empresas 14

Apêndice 2 - Dados detalhados de investimento, por instituição financeira 19

Ficha técnica 22

INTRODUÇÃO

O crescimento da área desmatada e os incêndios criminosos nos biomas brasileiros elevaram o alerta de perigo a patamares internacionais. Os números têm chamado a atenção da comunidade internacional para a adoção de medidas que contenham a escalada da atividade econômica ilegal em área de proteção ambiental. O tema levou a novas reflexões: dada a fraqueza das medidas de combate por parte do governo, quais são as empresas que obtêm matéria prima oriunda da Amazônia e do Cerrado e como elas podem estar contribuindo para sua destruição? Quem são os financiadores dessas atividades econômicas?

Há um ano, o "Dia do Fogo" colocou a Amazônia brasileira nas manchetes do mundo todo. O protesto criminoso organizado por agropecuaristas via WhatsApp ainda não teve nenhum condenado.[1] Desde então, alertas de desmatamento na Amazônia cresceram 34,5%.[2] O fogo que se alastrou nos meses de agosto e setembro de 2019 contribuiu para que a área desmatada em 2019 no país somasse 1,2 milhões de hectares, mais de 60% deles só na Amazônia.[3]

Sabe-se também que 90% da vegetação primária perdida no país nos últimos 35 anos foi devido a atividades agropastoris[4], demonstrando a urgência de práticas mais sustentáveis nesse setor. É de se pontuar que boa parte dos produtores agrícolas e pecuários estão em conformidade com a legislação ambiental e trabalhista. Um estudo recente identificou que 62% do desmatamento ilegal na Amazônia está concentrado em 2% das propriedades rurais.[5] No entanto, o modelo predominante ainda é o de expandir a área de pasto e plantação em detrimento do aumento de produtividade, que pouparia a floresta.[6]

O desmatamento dos biomas brasileiros para expansão da fronteira agrícola – principalmente a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal – transmitem uma imagem ruim do Brasil no exterior e ameaçam a economia. Segundo dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP, o agronegócio foi responsável por 21,4% do PIB brasileiro no último ano.[7]

Além da imposição de barreiras comerciais a produtos brasileiros no exterior, devido à sua ligação com o desmatamento (carnes, grãos, couros, entre outros)[8], a continuidade da conversão desenfreada de matas em pastos e plantações gera potencial redução de investimentos e financiamentos. Ou seja, tanto a demanda pelos produtos quanto os fluxos financeiros que garantem sua oferta estão ameaçados.

A potencial redução dos investimentos e financiamentos vem da crescente exigência por parte das instituições financeiras, principalmente estrangeiras. Logo após a repercussão negativa do Dia do Fogo, 230 fundos de investimentos que administram mais de R$65 trilhões pediram ao Brasil que protegesse a Amazônia.[9] Naquele momento, demonstraram preocupação principalmente com os riscos reputacionais, operacionais e de acesso a mercados das empresas investidas. Em vista da deterioração do cenário, as instituições financeiras aumentaram o tom.

Em Maio de 2020, respostas insuficientes à problemas socioambientais motivaram um desinvestimento significativo. A Eletrobrás e a Vale foram excluídas dos investimentos do fundo soberano norueguês, em grande parte devido às violações sistemáticas de direitos

humanos da usina de Belo Monte, no Pará, e aos desastres de Mariana e Brumadinho.[10] A infraestrutura, seja de energia ou de transporte, é grande responsável pelas crescentes pressões que a Amazônia brasileira sofre, facilitando o caminho do agronegócio e da mineração.

Em junho de 2020, investidores que somam mais de US$3,7 trilhões em ativos administrados ameaçaram retirar investimentos do Brasil caso medidas urgentes não fossem tomadas. Na carta enviada a embaixadas brasileiras, as instituições financeiras pontuam seu dever fiduciário de agir conforme os interesses de longo prazo de seus beneficiários e, portanto, "reconhecem o papel crucial que as florestas tropicais têm para amenizar a mudança do clima, proteger a biodiversidade e garantir serviços ecossistêmicos." [11]

Em julho de 2020, JBS foi excluída da carteira de investimentos da gestora de ativos europeia Nordea, após pedidos de maior responsabilidade socioambiental por parte da empresa brasileira não terem gerados os resultados esperados.[12] Em agosto, o HSBC soou mais um alarme ao declarar que a gigante da carne não tem "visão, plano de ação, prazo, tecnologia ou solução" para evitar fornecedores indiretos que desmatem.[13]

As ações mencionadas são preocupantes para a economia brasileira. Promovem a fuga de capitais e investimentos no país como um todo, contribuem para o desequilíbrio da balança comercial e depreciam o produto brasileiro no mercado externo. Uma queda de braço entre governo, empresas e investidores onde todos perdem, especialmente a economia brasileira.

Ao mesmo tempo, os posicionamentos mostram a importância do setor financeiro para as cadeias produtivas do setor e levantam a necessidade de dados sobre o grau de envolvimento com empresas ligadas ao desmatamento, o impacto que possíveis desinvestimentos gerariam no Brasil e qual a posição dos bancos brasileiros. Esses temas serão tratados nas seções a seguir.

OS ESTUDOS DO FFI

A rede Fair Finance International (FFI) realizou três grandes estudos analisando quanto dinheiro é investido em empresas com alto risco de envolvimento no desmatamento da Amazônia e do Cerrado brasileiros. Eles trazem dados de instituições financeiras ativas na Alemanha[14], Noruega[15] e Holanda[16] e surpreendem ao expor quanto dinheiro é injetado em empresas que contribuem para a redução da biodiversidade no Brasil. Os três estudos utilizaram a mesma metodologia, que pode ser encontrada em detalhe no estudo holandês, em inglês, ou resumidamente no Apêndice 2.

A rede FFI é representada no Brasil pelo Guia dos Bancos Responsáveis (GBR), coalizão de organizações civis que avalia o comprometimento dos bancos brasileiros com pautas ambientais, sociais e de governança (ASG). Neste relatório, o GBR traz uma análise crítica sobre o significado dos estudos realizados no âmbito do FFI para o Brasil; qual o papel das instituições financeiras brasileiras no debate e quais os caminhos adiante para que os compromissos dos bancos com o desmatamento zero se concretizem.

Preocupadas com a contribuição dos seus países para a preservação do meio ambiente brasileiro, as organizações que compõem o FFI na Alemanha, Holanda e Noruega elaboraram estudos para avaliar o impacto que instituições financeiras e empresas de seus respectivos países têm para o desmatamento da Amazônia e do Cerrado, biomas que estão integrados não só em uma perspectiva ecossistêmica, mas também em cadeias de produção – principalmente dos setores de soja e carne, pontos focais dos estudos realizados.

Para tanto os estudos selecionaram as empresas mais expostas ao risco de desmatamento nos setores de carne e soja, grandes responsáveis pela mazela.[17] Foram selecionadas as principais 59 empresas trabalhando com produção, processamento e venda de soja, ração, proteína animal (suína, bovina e aves) e lácteos em três zonas geográficas: Brasil, China e Europa. A lista das empresas está disponível na íntegra no Apêndice 1.

A ligação das empresas brasileiras ou estrangeiras que atuam no Brasil com o desmatamento é mais clara, pois estão operando nacionalmente. Mas as empresas chinesas e europeias têm um papel importante, seja porque importam os produtos processados brasileiros (carne e ração) ou porque compram a soja brasileira para ser processada em seus países (em grande parte das vezes, destinadas à alimentação animal). Por isso, constam na lista também as grandes empresas do agronegócio na China, principal destino das exportações brasileiras, e da Europa, importante mercado importador e continente dos países envolvidos na pesquisa.

No presente estudo, busca-se trazer uma compilação dos dados encontrados pelo FFI na Europa e uma análise crítica em relação à realidade brasileira e às políticas das instituições financeiras que aqui operam. Dessa forma, as seções a seguir se debruçam sobre a apresentação dos dados dos estudos parceiros, o estágio das políticas de bancos brasileiros e o papel dos bancos do Brasil neste debate.

Dentre as 59 empresas selecionadas, será dada ênfase às quantias direcionadas às empresas do agronegócio e varejo que atuam em posição de liderança no mercado brasileiro, que totalizam 26. Assim é possível mensurar com maior precisão o impacto na economia doméstica, ainda que as empresas chinesas e europeias também gerem impacto na balança comercial brasileira.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Juntos, os estudos de Alemanha, Holanda e Noruega identificaram mais de US$11 bilhões (R$59,3 bilhões em valores correntes) injetados em 26 empresas líderes do agronegócio e varejo brasileiro. Foram identificados investimentos de 31 instituições financeiras dos três países, dentre seguradoras, bancos, gestoras de recursos (*asset managers*) e fundos de pensão. Se contabilizadas as empresas chinesas e europeias que não necessariamente operam no Brasil, mas que consomem os produtos do agronegócio brasileiro (principalmente soja e ração), aumenta-se o número de empresas para 59 e o valor investido ou emprestado para quase US$21 bilhões (R$110,5 bilhões em valores correntes).

O estudo com maior representatividade para o mercado brasileiro é o holandês. Ele identificou quase US$3,2 bilhões de investimentos em ações e títulos das 59 empresas. Praticamente metade desse valor foi para as empresas líderes do agronegócio brasileiro, um montante de

US$1,4 bilhões. Além do valor em investimentos, essas empresas atuantes no mercado brasileiro receberam mais US$7,8 bilhões em empréstimos que ainda estão vigentes e outros US$1,1 bilhão em subscrição de ações entre 2015 e 2020. Contabilizando investimentos, subscrições e empréstimos, 19 instituições financeiras atuantes na Holanda destinaram quase US$10,4 bilhões às 26 empresas que lideram o agronegócio e a distribuição de seus subprodutos no Brasil.

Na Alemanha, devido a prioridades locais, foram investigados os investimentos das maiores seguradoras ativas no país, bem como das gestoras de recursos que elas contratam para gerir parte de seus fundos. O valor encontrado é menor, mas não menos relevante: US$764,1 milhões destinados às empresas que operam no agronegócio e varejo brasileiros, além de outros quase US$2 bilhões que foram para aquelas que beneficiam carne e soja brasileira na China e na Europa.

Por fim, o estudo norueguês encontrou US$292 milhões para as empresas operando no Brasil, além de outros US$419 milhões para as chinesas e europeias. Foram pesquisados os valores direcionados pelos maiores bancos operando no país nórdico a partir de fundos de investimento e fundos de pensão que eles oferecem aos seus clientes.

Tabela 1 - Resumo dos valores totais identificados nos estudos do FFI, em milhões de dólares

País	Tipo de investimento	Tipo de instituição financeira	Montante destinado às 59 empresas selecionadas	Montante destinado às 26 empresas líderes do agronegócio brasileiro
Alemanha	Ações e Títulos	Seguradoras e suas gestoras de recursos	2.760,9	764,1
Holanda	Ações, títulos, subscrições e empréstimos	Fundos de pensão, seguradoras, bancos e suas gestoras de recursos	17.987,6	10.394,7
Noruega	Ações e Títulos	Bancos e suas gestoras de recursos	711,1	292,2
Total	**Ações, títulos, subscrições e empréstimos**	**Fundos de pensão, seguradoras, bancos, gestoras de recursos**	**20.936,7**	**11.231,0**

Ainda que os dados de cada país difiram quanto ao tipo de instituição financeira pesquisada, os volumes saltam aos olhos. A retirada desses investimentos por causa do crescente desmatamento, ainda que parcial, teria significativo impacto em empresas nacionais, como JBS, Marfrig, Minerva, Terra Santa e SLC Agrícola. Os valores absolutos dos investimentos podem ser encontrados na íntegra no Apêndice 2, em dólar, discriminados por tipo de instituição financeira, tipo de investimento e empresa.

Os estudos visaram identificar qual o grau de ação que as instituições financeiras de cada país estão tomando para evitar envolvimento com desmatamento e seus efeitos correlatos e o engajamento que têm com empresas sabidamente envolvidas – direta ou indiretamente – na conversão de florestas em pasto e plantação, ou na venda dos produtos dessas empresas para o mercado externo (exportação) ou mercado consumidor (varejo). Chegam à conclusão de que falta, por parte das instituições financeiras europeias, detalhe sobre como fazem a análise das companhias nas quais investem e como levam à cabo o engajamento para que essas empresas adotem práticas sustentáveis.

No Brasil, a situação é ainda pior: enquanto a maioria dos 9 maiores bancos do país em ativos (Banco do Brasil, BNDES, Bradesco, BTG Pactual, Banco BV, Caixa, Itaú-Unibanco, Banco Safra e Santander Brasil) informa o número de casos ou clientes que passam por análise socioambiental, nenhum deles informa com quais empresas mantém relações comerciais. Com frequência, os bancos brasileiros informam publicamente a porcentagem de ativos sobre gestão que passam por essa análise. No entanto, raramente detalham o resultado dos engajamentos que fazem a partir dessas análises.

Inspirado nas reflexões feitas pelo FFI em outros países, o GBR reflete a seguir sobre o estágio em que o mercado financeiro brasileiro se encontra em questões socioambientais. As informações são conclusões parciais do estudo de avaliação de políticas do GBR 2020, que será lançado nos próximos meses. Também contribuem para a análise os estudos realizados pelo GBR nos últimos 10 anos, com ênfase para a última edição da avaliação de políticas (2018)[18].

A REALIDADE DOS BANCOS BRASILEIROS

No Brasil, só alguns poucos bancos descrevem casos emblemáticos de engajamento com empresas financiadas em seus relatórios. Entretanto, jamais dão nome aos bois (nesse caso, quase que literalmente). Essa prática estabelecida no mercado brasileiro mostra um baixo grau de transparência e prestação de contas. As instituições financeiras ainda não se sentem na obrigação de explicar sobre o que alcançaram nos engajamentos com empresas que financiam ou investem ou mesmo nomear as empresas com as quais têm vínculo.

Além disso, o processo de análise socioambiental e engajamento frequentemente ocorre com dados secundários ou fornecidos pelas próprias empresas, o que não necessariamente capta as necessidades e demandas das comunidades mais afetadas, cuja voz raramente chega aos holofotes da mídia. As instituições financeiras não devem se contentar em exigir somente a aplicação da legislação, pois ela é, muitas vezes, permissiva. É preciso ir além, integrando critérios de sustentabilidade como parte imprescindível do negócio.

O grau de exigência dos bancos brasileiros com as empresas também é duvidoso: enquanto todos os maiores bancos garantem que analisam a regularidade ambiental de garantias de crédito – olhando para dados do Ibama, da Funai e do IPHAN, por exemplo; seus padrões de conformidade socioambiental são relativamente baixos, indo pouco além da legislação. Por exemplo, nenhum deles exige o consentimento livre, prévio e informado de populações tradicionais no caso de operações que afetem este público.

Grandes bancos frequentemente possuem “listas de exclusão” onde depositam nomes de empresas proibidas de serem financiadas por causa de seu envolvimento com corrupção, desmatamento ou poluição, dentre outras violações. Nenhum deles é brasileiro. Por aqui as listas de exclusão não nomeiam empresas, mas sim atividades consideradas proibidas, com as quais o banco não se envolve. Além disso, os bancos não financiam empresas citadas nas Lista Suja do Trabalho Escravo mantida pelo Ministério da Economia. No entanto, não garantem que empresas listadas pelo uso de mão-de-obra análoga à escravidão não façam parte da cadeia de suprimentos de suas investidas.

Embora o estado da arte do comprometimento socioambiental dos nove maiores bancos do Brasil ainda demande mais esforços, os últimos dois anos mostraram avanços significativos. Em relação ao desmatamento, as novidades dos últimos meses são animadoras.

Em julho de 2020, Bradesco, Itaú e Santander assinaram a carta de empresários brasileiros ao vice-presidente Hamilton Mourão que demandava uma política de proteção à Amazônia. No mesmo mês, os três lançaram um plano para desenvolvimento sustentável na região, mas ainda sem metas temporais ou mensuráveis e que incentiva hidrovias com potencial de gerar novas pressões sobre a mata.[19] No mês seguinte, o Bradesco também anunciou que classificará em questões ASG cerca de 260 empresas presentes nos seus fundos de investimento.[20]

Também em agosto de 2020, Bradesco, Itaú e Santander se destacaram novamente, nomeando um conselho consultivo de especialistas pró-Amazônia para apoiar o desenvolvimento de políticas para o bioma. A ação é acertada porque é concreta e difere de compromissos vagos que frequentemente são apresentados para justificar o comprometimento com a pauta socioambiental. Além disso, traz a *expertise* de algumas das principais ONG do país que pautam o bioma.

Ademais da criação do conselho, os três bancos privados também convidaram os grandes frigoríficos do país - JBS, Marfrig e Minerva - para discutir as medidas a serem tomadas para que as cadeias de fornecimentos dessas empresas sejam realmente livres de desmatamento.[21] A transparência sobre o engajamento com as empresas financiadas e investidas é essencial também no setor da soja, mas esse já foi um passo importante.

No meio de tantas iniciativas do setor financeiro sobre a Amazônia, no Brasil e no exterior, surpreende a falta de posicionamento sobre o tema por parte dos bancos públicos. Nenhum novo anúncio oficial foi feito nos últimos meses por Caixa, Banco do Brasil ou BNDES para além dos documentos de políticas que já têm escrito. Os dois últimos são o maior financiador da agropecuária brasileira e o maior repassador de recursos para ela, respectivamente, e, portanto, têm o dever desenvolver soluções urgentes.

Para guiar os bancos brasileiros em seus compromissos de promoção do desenvolvimento sustentável, pontuamos a seguir os principais critérios a serem considerados. Eles são inspirados nas recomendações do estudo holandês, mas passaram por adequações ao contexto nacional.

As respostas para os problemas relativos ao desmatamento já estão, em grande parte, presentes no debate público e precisam ser efetivamente implementadas.[22] Cabe aos bancos

caminharem para sua progressiva integração, num intervalo de tempo suficientemente curto dada a urgência do tema e o atraso que tiveram para uma ação assertiva.

PASSO A PASSO PARA AÇÃO DOS BANCOS CONTRA O DESMATAMENTO

1. **Análise, engajamento e prestação de contas.**

   Além da análise socioambiental, os bancos devem engajar-se com empresas investidas e financiadas para que melhorem seu desempenho socioambiental. **O engajamento deve ter fases claras e mudanças circunscritas temporalmente e deve prever sanções em caso de descumprimento**, inclusive desinvestimento em caso de performance insatisfatória. Em caso de créditos, os compromissos devem ser incorporados ao contrato.
   A determinação de qual é o período razoável para cumprimento das metas depende do problema em específico. Por exemplo, não seria razoável dizer que uma grande empresa do setor de carnes atingirá desmatamento zero em seis meses. Entretanto, a exigência de que ela garanta rastreabilidade de pelo menos metade do gado que abate, desde o nascimento até o frigorífico, é uma meta para este período.

2. **Metas inteligentes.**

   São necessárias políticas robustas que sejam obrigatoriamente acompanhadas de **métricas** de desempenho inteligentes, ou seja, que sejam **específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e com prazos.** O que temos hoje são inúmeros compromissos de melhora generalistas e sem metas temporais claras. É por isso que os bancos brasileiros argumentam serem sustentáveis e estarem cumprindo seu papel.
   De fato, já há engajamentos com empresas problemáticas em questões socioambientais, mas o sucesso se dá a partir de termos desenvolvidos pelos próprios bancos, frequentemente sem a devida consulta a organizações da sociedade civil e comunidades afetadas. Um engajamento dessa forma pode se mostrar pouco produtivo porque cria um falso senso de busca por soluções. Mas na verdade tais soluções não são duráveis ou efetivas no combate a problemas estruturais como o desmatamento.

3. **Monitoramento.**

   Para que as análises e engajamentos socioambientais sejam efetivos, é importante reforçar o monitoramento das empresas com risco de envolvimento direto ou indireto no desmatamento. Dessa forma, as instituições financeiras garantem o cumprimento de compromissos que as empresas tenham feito, além de prevenir a redução do preço dos ativos negociados por motivos socioambientais.

4. **Transparência.**

Nenhuma política de engajamento ou mudança se sustenta sem transparência e prestação de contas. Isso significa relatórios informativos sobre o desempenho qualitativo da carteira, em termos socioambientais, ademais da prestação de contas sobre engajamentos realizados, baseado nas metas inteligentes. O que foi feito a partir do engajamento? Até quando é o prazo de melhoria? Quais as consequências caso a agenda não seja cumprida? É preciso comunicar expectativas e formalizar requerimentos feitos às empresas.

5. **Envolvimento de todas as partes interessadas.**

   A transparência deve se dar com todos os atores relevantes: sociedade civil, comunidades afetadas, acionistas e clientes. A consulta com essas partes é essencial em diversas fases do processo: na definição de materialidade, construção dos métodos de avaliação socioambiental, engajamento com clientes e publicação de resultados.
   Há um grande número de organizações credíveis trabalhando com setores específicos e o setor financeiro, e é dever dos bancos ouvi-las para que tenha uma visão das demandas para além do círculo limitado de atores de mercado. Atualmente a prática mais comum é deixar de lado aquelas instituições mais críticas às práticas do banco, privilegiando as que possuem discursos favoráveis aos bancos. Todavia, as que são preteridas são justamente as que têm críticas mais construtivas.

6. **Exercício do poder de voto.**

   Todas as gestoras de recursos de terceiros (*asset managers*) dos conglomerados financeiros brasileiros têm políticas de voto. Por enquanto, nenhuma dessas políticas abordam o tema socioambiental, contrastando com o posicionamento dos bancos de integrar a sustentabilidade de forma transversal aos negócios.
   As políticas de voto das gestoras brasileiras devem prever um posicionamento de apoio e exigência quanto a metas socioambientais nas assembleias gerais de empresas investidas. Por ora, as boas práticas socioambientais dos bancos brasileiros se concentram em sua ecoeficiência operacional ou em alguns produtos de crédito.

7. **Adiantar-se às tendências.**

   Alguns avanços só serão alcançados em cooperação com o Poder Público e o setor produtivo. Por exemplo, o sistema descentralizado de registro de terras gera anomalias que dificultam o trabalho dos bancos. No Pará, estado campeão de desmatamento no Brasil, há três vezes mais terras registradas do que a extensão do estado.[23] Enquanto não chega a unificação do registro de terras, é dever dos bancos não só analisar o CAR, mas também o registro de propriedade e o histórico socioambiental da empresa e de sua cadeia de suprimentos.

CONCLUSÃO

O alerta que correu o mundo com o “Dia do Fogo” na Amazônia não deve ser esquecido. O movimento reforçou a necessidade de posicionamento de um elo fundamental para as cadeias de produção, que é setor financeiro nacional e internacional. Este ator pode utilizar o capital como combustível para os incêndios florestais ao financiar ou investir em empresas sem exigir os devidos cuidados, ou ainda ao não engajar no diálogo com empresas que já estão em sua carteira.

No presente relatório, optou-se por um foco nas instituições financeiras, mas os setores público e produtivo também são agentes importantes. A abordagem que integra todos esses atores, chamada abordagem jurisdicional é uma das mais promissoras no sentido de aumentar a área de produção sustentável no país. Para soluções permanentes, é imprescindível a retomada de uma política nacional de proteção ambiental que envolva também agentes subnacionais, conforme vem sendo recomendado por diversas organizações produtivas, setoriais e não governamentais.[24]

Os estudos das coalizões do Fair Finance Internacional – FFI (Alemanha, Holanda e Noruega) sobre a atuação das instituições financeiras de seus respectivos países indicaram que a maioria tem compromissos rasos e baixo nível de engajamento com empresas do agronegócio, similar ao que acontece no Brasil. Portanto, é necessário que as instituições financeiras dos quatro países definam políticas robustas de análise, monitoramento e engajamento de todos os agentes das cadeias de produção, suprimentos e exportação do para que o processo de desmatamento seja interrompido.

Na Holanda, diversas das instituições financeiras pesquisadas se comprometeram a reforçar engajamentos e análises socioambientais em conformidade com as recomendações do relatório, além de melhorarem suas políticas. No Brasil, é preciso dar esses passos também, sobretudo se considerarmos as deficiências do nosso sistema, como falta de consulta às comunidades afetadas e inexistência de listas de exclusão de empresas.

Os três maiores bancos privados do Brasil já estão tomando iniciativas mais robustas, que devem ser seguidas por seus pares. Mas além da proposta e do compromisso coletivo, é importante aprimorar e detalhar suas respectivas políticas. Isso deve ser feito de forma que não deixe brechas para a continuidade do financiamento e, principalmente, do investimento em empresas que contribuem para o desmatamento e as violações de direitos humanos e trabalhistas correlatas. Por fim, para que as políticas se sustentem, é necessário praticar altos padrões de transparência e prestação de contas com a sociedade brasileira.

NOTAS E REFERÊNCIAS

[1] Daniel Camargos. 'Dia do Fogo' completa 1 ano sem presos nem indiciados; impunidade incentiva destruição da Amazônia. Repórter Brasil, 10/08/2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/dia-do-fogo-completa-1-ano-sem-presos-nem-indiciados-impunidade-incentiva-destruicao-da-amazonia/>

[2] Laís Modelli e Lara Pinheiro. Com 1.654 km² de áreas em risco em julho, alertas de desmatamento na Amazônia sobem 34,5% no período de um ano. G1, 07/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2020/08/07/com-mais-15-mil-km-de-areas-em-risco-em-julho-alertas-de-desmatamento-na-amazonia-sobem-33percent-no-periodo-de-um-ano.ghtml>

[3] Relatório Anual de Desmatamento 2019 – São Paulo, SP – MapBiomas, 2020 – 49 páginas. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/relatrios/MBI-relatorio-desmatamento-2019-FINAL5.pdf>

[4] G1. Agropecuária foi responsável por 90% da perda de vegetação natural do Brasil, aponta levantamento. 28/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/28/agropecuaria-foi-responsavel-por-90percent-da-perda-de-vegetacao-natural-do-brasil-aponta-levantamento.ghtml>

[5] Raoni Rajão et al. "The rotten apples of Brazil's agribusiness". Disponível em <https://science.sciencemag.org/content/369/6501/246.full>

[6] Mariana Schreiber. Brasil não precisa desmatar mais para ampliar produção, afirma presidente da Sociedade Rural Brasileira. BBC News Brasil, 23/08/2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49443560>

[7] Cepea ESALQ/USP. PIB do agronegócio brasileiro. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

[8] A título de exemplo, em 2019 a rede varejista sueca H&M suspendeu a compra de couro brasileiro para não se expor ao risco de contribuir para o desmatamento do bioma amazônico.

[9] Fabiano Maisonnave e Arthur Cagliari. 230 fundos que administram R$ 65 trilhões pedem ao Brasil que proteja Amazônia. Folha de S. Paulo, 18/09/2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/230-fundos-que-administram-r-65-trilhoes-exortam-brasil-a-proteger-a-amazonia.shtml>

[10] Simone Kafruni. Noruega exclui Vale e Eletrobras da carteira do seu fundo soberano. Correio Braziliense, 13/05/2020. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/13/internas_economia,854468/noruega-exclui-vale-e-eletrobras-da-carteira-do-seu-fundo-soberano.shtml>

[11] Open letter from financial institutions to halt deforestation in Brazil. Disponível em <https://www.actiam.com/49e60f/siteassets/4_verantwoord/documenten/en/open-letter-brazilian-embassy-202006.pdf>

[12] Ana Carolina Amaral e Ana Estela de Sousa Pinto. Fundo Nordea exclui investimento na JBS e avalia ligação de empresas com desmate . Folha de S. Paulo, 29/07/2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/fundo-nordea-exclui-investimento-na-jbs-e-avalia-ligacao-de-empresas-com-desmate.shtml>

[13] Andrew Wasley e Alexandra Heal. HSBC sounds alarm over investment in meat giant due to deforestation inaction. The Guardian, 12/08/2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/12/hsbc-sounds-alarm-over-investment-in-meat-giant-jbs-due-to-deforestation-inaction>

[14] **Fair Finance Guide Deutschland. Investieren Versicherungen in die Zerstörung des Amazonas? 18/09/2020. Disponível em <https://www.fairfinanceguide.de/ffg-d_aktuelles/aktuell/2020/investieren-versicherungen-in-die-zerstoerung-des-amazonas/>**

[15] Ainda não publicado, dados obtidos com exclusividade pelo GBR. A ser publicado em <https://etiskbankguide.no/>

[16] **Van Gelder, J.W. e B. Kuepper. Funding destruction of the Amazon and Cerrado-savannah - A Fair Finance Guide Netherlands case study on deforestation risks in soy and beef supply chains. Agosto de 2020. Disponível em <https://eerlijkegeldwijzer.nl/media/496074/2020-08-praktijkonderzoek-amazone.pdf>**

[17] G1. "Agropecuária foi responsável por 90% da perda de vegetação natural do Brasil, aponta levantamento". 28/08/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/28/agropecuaria-foi-responsavel-por-90percent-da-perda-de-vegetacao-natural-do-brasil-aponta-levantamento.ghtml?>

[18] Guia dos Bancos Responsáveis. Relatório de pesquisa 2018 - Uma análise das políticas e diretrizes socioambientais dos nove maiores bancos do Brasil. Disponível em < https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/media/494740/relatorio-gbr-2018-atualizado.pdf>.

[19] Santander Brasil. "Santander, Bradesco e Itaú lançam plano para a Amazônia". 24/07/2020. Disponível em <https://www.santander.com.br/sustentabilidade/plano-amazonia>

[20] Mônica Scaramuzzo, O Estado de S.Paulo. Bradesco cria 'ranking ambiental' para empresas de seu fundo de investimentos. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bradesco-cria-ranking-ambiental-para-empresas-de-seu-fundo-de-investimentos,70003394979>

[21] Vanessa Adachi. "Bradesco, Itaú e Santander nomeiam conselho de notáveis pró-Amazônia e agora vão trazer grandes frigoríficos para a mesa". Capital Reset, 26/08/2020. Disponível em < https://www.capitalreset.com/bradesco-itau-e-santander-nomeiam-conselho-de-notaveis-pro-amazonia-e-agora-vao-trazer-grandes-frigorificos-para-a-mesa/>

[22] Alguns dos manuais desenvolvidos para guiar nessa empreitada são: Desmatamento zero na Amazônia: como e por que chegar lá, disponível em <https://imazon.org.br/publicacoes/desmatamento-zero-na-amazonia-como-e-por-que-chegar-la/>; e De conceito e compromissos à ação: implementando a abordagem jurisdicional para produção sustentável em Mato Grosso e Pará, disponível em <https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2018/11/TerritoriosProducaoSustentavel-2018.pdf>.

[23] Van Gelder, J.W. e B. Kuepper. Funding destruction of the Amazon and Cerrado-savannah - A Fair Finance Guide Netherlands case study on deforestation risks in soy and beef supply chains. Agosto de 2020. Página 31.

[24] Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Ações para a Queda Rápida do Desmatamento. 15/09/2020. Disponível em <http://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/posicionamentos/item/1114-acoes-para-a-queda-rapida-do-desmatamento>

APÊNDICE 1 – AS EMPRESAS

Os estudos holandês, alemão e norueguês selecionaram 59 empresas com maior exposição ao desmatamento que atuam em posição de liderança nos mercados brasileiro, chinês (principal destino das exportações brasileiras) e europeu, de proteína animal, soja, ração e lácteos, além das empresas responsáveis pela distribuição desses produtos no mercado brasileiro e global. As empresas estão listadas abaixo. As fontes que sustentam a escolha dessas empresas são relatórios setoriais e bases de dados públicas, que estão referenciadas no Apêndice 1 do estudo holandês, disponível nas notas e referências, em negrito.

Além das análises das 59 companhias, o relatório do GBR também selecionou as empresas que lideram o agronegócio brasileiro, **no que diz respeito à carne, soja e sua comercialização**. Esse subgrupo é composto por 26 empresas, listadas a seguir nas seguintes categorias: Produtor de soja Brasil, Negociante de soja Brasil, Produtora de ração Brasil, Abatedouro de bovinos Brasil, Varejista de carne bovina Brasil, Abatedouro de aves Brasil, Abatedouro de suínos Brasil.

Essas empresas estão possivelmente envolvidas no desmatamento e questões de sustentabilidade correlatas: perda de biodiversidade, mudança climática, direitos humanos e bem estar animal, seja por estarem diretamente envolvidas nas cadeias de produção de soja ou criação de gado na Amazônia e no Cerrado, ou porque compram ou processam soja e carne vindas destas regiões.

Isso não significa dizer que elas necessariamente desmatam, mas que correm o risco de compactuar com a destruição se não tomarem todos os cuidados necessários. Por exemplo, é sabido que fornecedores indiretos de grandes frigoríficos desmatam vastas áreas, mas o controle da cadeia que essas grandes produtoras de carne fazem só capta a regularidade ambiental dos fornecedores diretos, aqueles que vendem direto para o abate. Ou seja, ainda que a própria empresa não fomente o desmatamento de forma direta, o faz indiretamente.

Tabela 1 - Seleção das 59 principais companhias nos setores de carne e soja

Nº	Tipo de companhia	Companhia	País de sede	Produção/ exportações/vendas/ capacidade	Unidade de medida (por ano, a menos que indicado de outra forma)
1	Produtor de soja Brasil	Grupo Amaggi	Brasil	275.000	hectares
2	Produtor de soja Brasil	Grupo Bom Futuro	Brasil	270.000	hectares
3	Produtor de soja Brasil	SLC Agrícola	Brasil	243.149	hectares

4	Produtor de soja Brasil	Bom Jesus	Brasil	133.500	hectares
5	Produtor de soja Brasil	Terra Santa	Brasil	91.063	hectares
6	Negociante de soja Brasil	ADM	EUA	6,46	milhões de toneladas métricas
7	Negociante de soja Brasil	Bunge	EUA	6,42	milhões de toneladas métricas
8	Negociante de soja Brasil	Cargill	EUA	6,08	milhões de toneladas métricas
1	Negociante de soja Brasil	Grupo Amaggi	Brasil	3,63	milhões de toneladas métricas
9	Negociante de soja Brasil	Louis Dreyfus Company	Holanda	3,42	milhões de toneladas métricas
10	Produtora de ração Brasil	BRF	Brasil	10.506	mil toneladas métricas
11	Produtora de ração Brasil	JBS	Brasil	3.000	mil toneladas métricas
12	Produtora de ração Brasil	Aurora Alimentos	Brasil	1.440	mil toneladas métricas
13	Produtora de ração Brasil	Marfrig Global Foods	Brasil	1.087	mil toneladas métricas
14	Produtora de ração Brasil	GT Foods Group	Brasil	1.000	mil toneladas métricas
11	Abatedouro de bovinos Brasil	JBS	Brasil	35.000	cabeças/dia
13	Abatedouro de bovinos Brasil	Marfrig Global Foods	Brasil	13.200	cabeças/dia
15	Abatedouro de bovinos Brasil	Minerva	Brasil	10.980	cabeças/dia
16	Abatedouro de bovinos Brasil	Vale Grande/Frialto	Brasil	4.050	cabeças/dia

17	Abatedouro de bovinos Brasil	Frigol	Brasil	2.600	cabeças/dia
18	Varejista de carne bovina Brasil	Carrefour Group	França	53.343	R$ milhões
19	Varejista de carne bovina Brasil	Casino	França	53.616	R$ milhões
20	Varejista de carne bovina Brasil	Advent International	EUA	n.d.	R$ milhões
21	Varejista de carne bovina Brasil	Cencosud	Chile	8.513	R$ milhões
22	Varejista de carne bovina Brasil	Grupo Muffato	Brasil	6.917	R$ milhões
11	Abatedouro de aves Brasil	JBS	Brasil	3.500	milhões de cabeças
10	Abatedouro de aves Brasil	BRF	Brasil	1.628	milhões de cabeças
12	Abatedouro de aves Brasil	Aurora Alimentos	Brasil	264	milhões de cabeças
23	Abatedouro de aves Brasil	Copacol	Brasil	250	milhões de cabeças
24	Abatedouro de aves Brasil	Lar Cooperativa Agroindustrial	Brasil	185	milhões de cabeças
11	Abatedouro de suínos Brasil	JBS	Brasil	28.000	mil cabeças
10	Abatedouro de suínos Brasil	BRF	Brasil	9.600	mil cabeças
12	Abatedouro de suínos Brasil	Aurora Alimentos	Brasil	4.900	mil cabeças
25	Abatedouro de suínos Brasil	Frimesa	Brasil	n.d.	mil cabeças
26	Abatedouro de suínos Brasil	Alibem	Brasil	1.600	mil cabeças
27	Produtora de ração China	New Hope Group	China	20.000	mil toneladas métricas

28	Produtora de ração China	Wen's Food Group	China	12.000	mil toneladas métricas
29	Produtora de ração China	Muyuan Foodstuff	China	11.000	mil toneladas métricas
30	Produtora de ração China	East Hope Group	China	7.600	mil toneladas métricas
31	Produtora de ração China	Shuangbaotai Group (Twins Group)	China	6.600	mil toneladas métricas
27	Abatedouro de aves China	New Hope Group	China	1.300	milhões de cabeças
28	Abatedouro de aves China	Wen's Food Group	China	807	milhões de cabeças
32	Abatedouro de aves China	Henan Dayong Group	China	380	milhões de cabeças
33	Abatedouro de aves China	Fujian Sunner Development	China	380	milhões de cabeças
34	Abatedouro de aves China	Dachan Great Wall	Taiwan	240	milhões de cabeças
35	Produtora de laticínios China	Inner Mongolia Yili Industrial	China	11,95	US$ bilhões
36	Produtora de laticínios China	China Mengniu Dairy	China	10,43	US$ bilhões
37	Produtora de laticínios China	Bright Food Group	China	3,16	US$ bilhões
38	Produtora de laticínios China	Want Want Holdings	Taiwan	3,09	US$ bilhões
39	Produtora de laticínios China	Sanyuan Group	China	1,2	US$ bilhões
40	Produtora de ração Europa	ForFarmers	Holanda	10.021	mil toneladas métricas
41	Produtora de ração Europa	Nutreco	Holanda	9.000	mil toneladas métricas
42	Produtora de ração Europa	De Heus	Holanda	8.000	mil toneladas métricas

43	Produtora de ração Europa	Royal Agrifirm Group	Holanda	6.066	mil toneladas métricas
44	Produtora de ração Europa	Agravis Raiffeisen	Alemanha	4.060	mil toneladas métricas
45	Abatedouro de suínos Europa	Danish Crown	Dinamarca	25.000	mil cabeças
46	Abatedouro de suínos Europa	Tönnies	Alemanha	18.000	mil cabeças
47	Abatedouro de suínos Europa	Coren	Espanha	10.000	mil cabeças
48	Abatedouro de suínos Europa	Grupo Batallé	Espanha	10.000	mil cabeças
49	Abatedouro de suínos Europa	Vion Food Group	Holanda	10.000	mil cabeças
50	Abatedouro de aves Europa	Groupe LDC	França	541	milhões de cabeças
51	Abatedouro de aves Europa	Plukon Food Group	Holanda	426	milhões de cabeças
52	Abatedouro de aves Europa	Grupo Veronesi	Itália	350	milhões de cabeças
53	Abatedouro de aves Europa	PHW Group	Alemanha	350	milhões de cabeças
54	Abatedouro de aves Europa	Boparan Holdings	Reino Unido	323	milhões de cabeças
55	Produtora de laticínios Europa	BSA International	Bélgica	19,6	milhões de toneladas
56	Produtora de laticínios Europa	Arla Foods	Suécia/Dinamarca	13,9	milhões de toneladas
57	Produtora de laticínios Europa	FrieslandCampina	Holanda	13,6	milhões de toneladas
58	Produtora de laticínios Europa	Danone	França	8,6	milhões de toneladas
59	Produtora de laticínios Europa	DMK	Alemanha/Holanda	8,1	milhões de toneladas

APÊNDICE 2 - DADOS DETALHADOS DE INVESTIMENTO

A pesquisa dos dados financeiros, nos estudos alemão, holandês e norueguês, foi de responsabilidade da consultoria em sustentabilidade Profundo, sediada na Holanda. Os dados foram retirados de bases de dados internacionalmente reconhecidas (Bloomberg, Thomson EIKON, Thomson EMAXX, Orbis, IJGlobal and TradeFinanceAnalytics), de relatórios e formulários de bolsas de valores que as companhias preenchem, registros e relatórios das próprias companhias e fontes de mídia. Maiores detalhes podem ser encontrados nos respectivos estudos, referenciados na bibliografia, em negrito.

Os investimentos realizados se subdividem em ações e títulos e foram calculados de acordo com a data mais recente de reporte. Os dados de subscrição de títulos e ações e de empréstimos são apresentados separadamente.

Os dados estão todos em milhões de dólares. Para conversão em reais no relatório, foi utilizada a cotação oficial (PTAX) de 08/Set/2020 (1 USD = 5,37 BRL).

Tabela 2 - Resumo dos investimentos realizados em ações e títulos, em milhões de dólares

País	Tipo de instituição financeira	Nome da instituição financeira	Investimentos nas 59 empresas selecionadas	Investimentos nas 26 líderes do agronegócio brasileiro	% nas líderes do agronegócio brasileiro
Alemanha	Seguradoras e suas gestoras de recursos	**Allianz**	522,9	220,1	42%
		Alte Leipziger[1]	2536,8	563,9	22%
		AXA	110,3	58,6	53%
		Debeka	359,8	162,7	45%
		R+V	201,9	70,6	35%
		Zurich	138,6	112,3	81%
		SUBTOTAL ALE[2]	**2760,9**	**764,1**	**28%**

[1] Nos casos de Debeka, Alte Leipziger e R+V, os valores são majoritariamente de gestoras de recursos externa que as seguradoras contratam. O montante investido pelas gestoras internas é relativamente mais baixo.

[2] O subtotal das seguradoras alemãs não é simplesmente a soma de cada instituição financeira, pois as seguradoras contratam gestoras de recursos (*asset managers*) internas ou externas que trabalham para mais de uma seguradora. Dessa forma, se os valores forem somados, o valor investido nessas gestoras de recursos seria contabilizado duas vezes. Para chegar-se ao valor total, somou-se o valor de todas as gestoras de recursos que trabalham para todas seguradoras, desconsiderando-se valores repetidos. O dinheiro investido por essas gestoras de recursos é proveniente de vários de seus clientes, não só dos clientes da seguradora em questão. Assim, pode-se interpretar o valor total como o valor investido pelas gestoras de recursos externas que foram contratadas pelas seguradoras atuando na Alemanha.

Holanda	Seguradoras	**Achmea**	1,2	1,2	100%
		Aegon	45,1	32,3	72%
		Allianz	522,9	220,1	42%
		ASR	24,1	4,4	18%
		NN	105,8	22,6	21%
		Vivat	85,9	19,9	23%
		SUBTOTAL HOL SEGURADORAS[3]	785,1	300,5	38%
	Bancos	**ABN Amro**	37,91	6,8	18%
		ING	1,1	1,1	100%
		Triodos	45,7	2,9	6%
		Van Lanschot Kempen	82,1	22,1	27%
		SUBTOTAL HOL BANCOS	166,8	32,96	20%
	Fundos de pensão[4]	**ABP**	689,8	410,8	60%
		BPF Bouw	598,5	53,3	9%
		BPL Pensioen	indisponível	indisponível	
		Pensioenfonds Detailhandel	indisponível	indisponível	
		Pensioenfonds Horeca en Catering	11,8	11,9	100%
		Pensioenfonds Vervoer	indisponível	indisponível	
		Pensioenfonds Zorg en Welzijn	455,7	294,7	65%
		PME	196,4	142,8	73%
		PMT	287,1	213,5	74%
		SUBTOTAL HOL FUNDOS PENSÃO	2239,4	1127	50%
	Todos	**SUBTOTAL HOL**	**3191,3**	**1460,5**	**46%**
Noruega	Bancos e suas gestoras de recursos	**Danske Bank**	72,4	49,0	68%
		DNB	22,3	18	81%
		Kommunal Landspensjonskasse	35,2	11,7	33%
		Nordea	422,7	147,2	35%
		SR- Bank	2,9	2,9	100%
		Storebrand	87,3	52,1	60%
		Svenska Handelsbanken	68,3	11,3	17%
		SUBTOTAL NOR	**711,1**	**292,2**	**41%**

[3] Nota: na soma também foi considerada a Allianz, presente também no estudo alemão.

[4] Os fundos de pensão preenchidos com "indisponível" informam que investem em pelo menos uma das empresas selecionadas, mas não publicam o montante investido.

Todos [5]	Subtotal Bancos (NOR + HOL)	877,9	325,2	37%
	Subtotal Seguradoras (ALE + HOL)	3023,1	844,5	28%
	Subtotal Fundos de Pensão (HOL)	2239,4	1127,0	50%
	TOTALGERAL	**6140,4**	**2296,7**	**37%**

Tabela 3 – Detalhamento do investimento de grupos bancários holandeses em subscrição de ações e títulos das 26 principais empresas das cadeias de suprimentos de soja e carne no Brasil (2015-2020, milhões de dólares)

Grupo	ABN Amro	ING	Rabobank	Total
Archer Daniels Midland			77,55	77,55
Bunge	90,2	207,85	97,2	395,24
Cargill			83,33	83,33
Carrefour Group		219,53		219,53
JBS			186,46	186,46
Louis Dreyfus Company	75			75
Marfrig		50	50	100
TOTAL 26 EMPRESAS BRASIL	**165,2**	**477,38**	**494,54**	**1137,11**

Tabela 4 – Detalhamento dos empréstimos de grupos bancários holandeses às 26 principais empresas das cadeias de suprimentos de soja e carne no Brasil (2015-2020, milhões de dólares)

Grupo	ABN Amro	ING	Rabobank	Total
Archer Daniels Midland	104,81	104,81	104,81	314,43
Bunge	285,13	715,13	185,13	1.185,38
Cargill	782,1	1.012,48	983,59	2.778,18
Carrefour Group		705,25		705,25
Casino		42,13	122,49	164,62
JBS			1.109,80	1.109,80
Louis Dreyfus Company	562,69	356,83	619,96	1.539,48
TOTAL 26 EMPRESAS BRASIL	**1734,73**	**2936,63**	**3125,78**	**7797,14**

[5] Valores líquidos, instituições financeiras repetidas foram contabilizadas só uma vez.

FICHA TÉCNICA

Pesquisas alemã, holandesa e norueguesa:

Profundo Research & Advice

Jan Willem van Gelder, Barbara Kuepper, Ward Warmerdam, Léa Pham Van, Lennart van Loenen, Stefanie Geurts, Retno Kusumaningtyas e Juliette Laplane.

Pesquisa brasileira:

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Gustavo Pereira Machado de Melo Souza, Ione Alves Amorim e Milena Santos Lima.

Revisão: Camilla Rigi

Imagem de capa e contracapa: iStock

Os estudos são de responsabilidade das coalizões do *Fair Finance International* em cada país e contam com apoio da Sida - *Swedish International Development Cooperation Agency*.